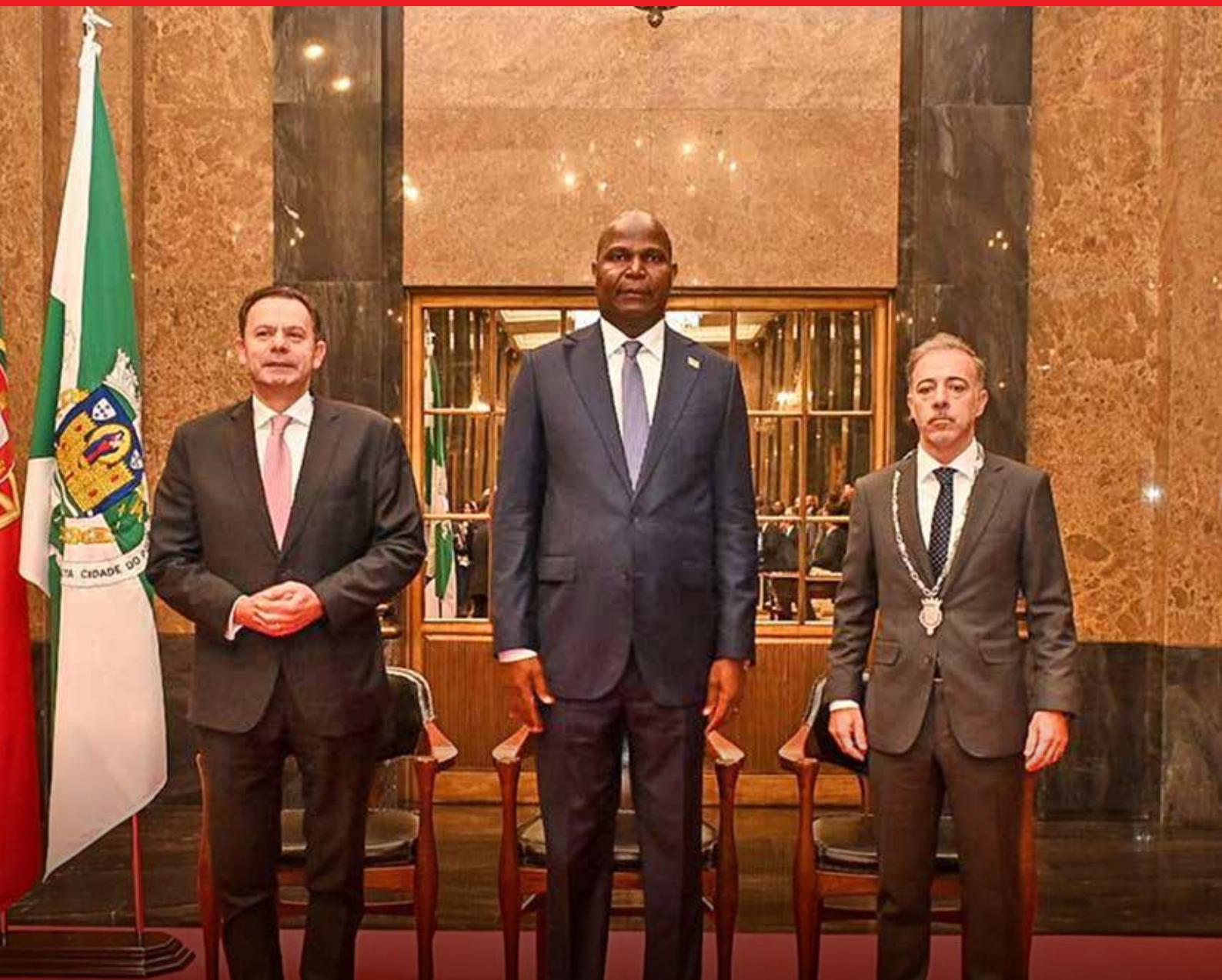




Moçambique

Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • Nº 573 • Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2025 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PR TRABALHA EM PORTUGAL NO ÂMBITO DA VI CIMEIRA BILATERAL

- Os dois países assinaram 20 instrumentos jurídicos para o reforço da cooperação
- Portugal vai desembolsar 500 milhões de euros para apoiar o sector privado em Moçambique

CHAPO PARTICIPA NA VI CIMEIRA BILATERAL PORTUGAL-MOÇAMBIQUE



Chapo encerrou o encontro nesta terça-feira

O Presidente da República, Daniel Chápo, está a efectuar, desde o último domingo (07), uma visita de trabalho à República Portuguesa, no âmbito da participação na VI Cimeira Bilateral Portugal-

Moçambique, que se realiza na cidade do Porto.

A VI Cimeira Bilateral visa aprofundar a cooperação política e económica, promover investimento e parcerias empresariais, bem como discutir áreas estratégicas como finanças, administração pú-

blica, digitalização e energias renováveis.

O encontro prevê também a assinatura de instrumentos jurídicos de cooperação em diversos domínios, que incluem educação, saúde, agricultura e energia, e uma reunião de alto nível com o

Primeiro-Ministro português, Luís Montenegro. Nesta reunião, os líderes trocarão impressões sobre a situação política, económica e social dos seus países, além de abordar assuntos de interesse comum no quadro das relações bilaterais.

MOÇAMBIQUE E PORTUGAL ASSINAM 20 INSTRUMENTOS JURÍDICOS PARA O REFORÇO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA 2027-2031

O Presidente da República, Daniel Chápo, revelou que o último ciclo do Programa de Cooperação Estratégica Moçambique-Portugal alcançou sucessos notáveis, tendo cumprido integralmente cerca de 80 por cento das acções previstas no âmbito do acordo estabelecido para o período de 2022 a 2026.

Entretanto, na sequência de novas conversações bilaterais entre o Presidente moçambicano e o Primeiro-Ministro português, Luís Montenegro, os dois Governos decidiram lançar uma nova era de parceria estratégica para o período 2027-2031, com base em 20 instrumentos jurídicos rubricados durante a VI Cimeira

Bilateral Portugal-Moçambique, realizada na terça-feira (09), na cidade do Porto, em Portugal.

Chápo, que discursava na abertura do evento, destacou que a assinatura dos 20 memorandos de entendimento visa igualmente, fortalecer áreas prioritárias como economia, indústria, transporte, logística, recursos mine-

rais, energia, saúde, cultura, turismo, entre outros domínios de interesse comum.

O estadista moçambicano anunciou também que o governo português está prestes a fornecer uma linha de crédito de 500 milhões de euros para alavancar o investimento das empresas portuguesas que operam em



PR quer geminação entre Porto e uma cidade moçambicana

Moçambique.

"Este pacote, para além de apoiar a actividade empresarial das empresas portuguesas que investem em Moçambique, vai fortalecer a geração de emprego e renda, principalmente para jovens e mulheres moçambica-

nas e, reciprocamente, para empresas e cidadãos portugueses", acrescentou.

No domínio da Educação, o Presidente da República informou que, anualmente, mais de 400 jovens moçambicanos beneficiam de bolsas de estudo em

diferentes instituições de ensino em Portugal, o que, segundo Chapo, está a contribuir para o reforço do desenvolvimento do capital humano em Moçambique.

De referir que, momentos antes da realização da cimeira,

o Presidente da República recebeu as Chaves da Cidade do Porto. Durante o acto, manifestou o interesse de, num futuro próximo, avançar para uma parceria de geminação entre o Porto e uma cidade moçambicana.

PR PARTILHA VISÃO PARA INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA COM A COMUNIDADE MOÇAMBICANA EM PORTUGAL

O Presidente da República, Daniel Chapo, partilhou com a comunidade de moçambicanos residentes em Portugal a visão que o Governo de Moçambique quer implementar para a consolidação da independência económica do país, no presente ciclo governamental.

Para o efeito, a vontade do Governo consiste em combinar as potencialidades e as condições favorecidas pelas áreas como turismo, transporte, logística, corredores de desenvolvimento, recursos minerais, agricultura, energia e indústria, com vista a reduzir a dependência externa.

"A visão do Governo está assente no lançamento dos alícerces da independência económica, considerando que Moçambique conta com as condições favoráveis destes sectores", afirmou, apelando o reforço de sinergias dos moçambicanos no país europeu para diversificação da economia em toda sua cadeia.

Chapo aproveitou a ocasião para anunciar as reformas

estruturais que decorrem na Linhas Áreas de Moçambique (LAM), para a retoma de vôos de Moçambique para Portugal, bem como para o Brasil e a Índia, que contribuirão para a estabilização dos preços das passagens.

Em relação ao diálogo nacional inclusivo, e na disporá, Daniel Chapo apelou à comunidade moçambicana em Portugal para contribuir com ideias e propostas que enriqueçam as discussões nacionais.

Por sua vez, a comunidade de moçambicanos residentes naquele país, pediu abertura de mais bolsas de estudo, maior atenção dos ministérios às dinâmicas da diáspora, a criação de um espaço físico para actividades culturais e reafirmou o compromisso em contribuir activamente para as soluções do país.

Recordaram que a diáspora é composta por cerca de 15.000 moçambicanos entre estudantes, profissionais, empreendedores, atletas e famílias e reconheceram desafios relacionados com adaptação cultural, acesso a oportunidades e burocracia.

PR na abertura do XXVI CC do MDN

URGE ENCONTRAR RESPOSTAS PARA COLOCAR PONTO FINAL ÀS AMEAÇAS



Usem este conselho para encontrar respostas ao fenómeno

O Presidente da República, Daniel Chápo, pediu aos Comandantes e Oficiais das Forças Armadas de Moçambique esclarecimento sobre as fragilidades que levam à persistência do terrorismo na zona norte do país, à luz do XXVI Conselho Coordenador do Ministério da Defesa Nacional, realizado recentemente em Maputo.

Na ocasião, o Chefe de Estado manifestou grande preocupação pelo facto de a região sul do país estar a registar maior concentração do contingente militar em comparação com as províncias invadidas pelos insurgentes.

Entretanto, feito o apuramento das brechas no combate aos ataques, o Chefe do Estado ordenou aos Comandantes do exército que o presente conselho concorra para uma estabilização urgente, que passa por garantir a pacificação plena das zonas assoladas pelas hostilidades.

No mesmo parâmetro, exigiu o reforço do combate ao terrorismo, baseado na modernização das Forças Armadas, no aprimoramento da articulação entre as forças locais e o exército internacional, bem como no investimento tecnológico para reduzir dependências externas e garantir sustentabilidade operacional.

"Se o terrorismo ainda não terminou, não significa que o nosso exército seja incapaz de detê-lo. Deve haver uma explicação clara durante o debate. Usem este conselho para ultrapassar alguns desafios que afetam este setor e encontrem respostas para colocar ponto final a estas ameaças", frisou.

O Presidente da República reforçou ainda que, neste momento, é urgente trazer de volta os oficiais das Forças Armadas que estejam a exercer outros cargos ou empregos fora da corporação para aumentar o efetivo militar nesta guerra.

"Como é que se explica que haja muita gente das Forças Armadas de Moçambique a pres-

tar serviço fora da corporação numa situação em que somos todos alvos do terrorismo?", indagou o PR.

O estadista afirmou que o serviço cívico, em particular, não deve ser interpretado como um posto de emprego por aqueles militares que concordem para ocupar este sector em busca de uma vida facilitada em detrimento das trincheiras.

"É preciso colocar um ponto final à situação de termos oficiais formados nas academias, mas que só conhecem o terrorismo pelas redes sociais", frisou, criticando a existência de militares sem capacidade física para o exercício da profissão, mas que não passam à reserva.

Morte de um dos fundadores da FRELIMO

PR RENDE HOMENGAGEM AO NACIONALISTA FELICIANO GUNDANA



Moçambique despede-se de uma consciência moral da Pátria

Os que hoje caminham em paz nesta terra devem a sua tranquilidade a homens como Feliciano Salomão Gundana, um patriota que atravessou todos os capítulos da História de Moçambique, desde a luta armada até à edificação do Estado moderno, carregando consigo a chama da liberdade que ilumina as gerações.

Esta é a mensagem endereçada pelo Presidente da República, Daniel Chapo, ao exaltar a grandeza e a nobreza do carácter de Feliciano Gundana, combatente da Luta de Libertação Nacional e um dos Fundadores da Frente de Libertação de Moçambique (FRE-

LIMO), falecido na terça-feira (09), vítima de doença.

"Moçambique despede-se de uma consciência moral da Pátria, de um homem cuja vida foi uma lição de serviço público, uma escola de integridade e uma bênção de esperança para todos nós. O seu legado não desaparecerá: ficará gravado na memória da Nação, como luz que orienta e inspira o futuro", sublinhou o PR.

Na sua mensagem, Daniel Chapo lembra que Feliciano Gundana ajudou a moldar os destinos do país não apenas na frente libertária, mas também na arquitetura do Estado soberano que emergiu em 1975, tendo assumido funções de Chefe dos Serviços de

Inteligência Militar, e dirigido as Províncias de Inhambane, Nampula e Zambézia, num contexto desafiante da consolidação nacional.

"Na vida política, Gundana elevou-se ao mais alto patamar da confiança partidária, desempenhando as funções de Secretário-Geral da FRELIMO, num tempo em que o destino de Moçambique exigia dirigentes de rigor, coerência e espírito de serviço", refere a mensagem.

Em vida, devido ao reconhecimento pela dedicação e exemplo de patriotismo, Gundana recebeu do próprio Estado o título de Herói da República de Moçambique, uma distinção de honra reserva-

da aos que sacrificaram a própria vida para o alcance da liberdade colectiva.

No ano passado, o combatente foi consagrado com título de Doutor Honoris Causa em Liberdade, Democracia e Desenvolvimento Humano, pela Universidade Zambeze, acto que sublinhou a dimensão histórica e humana do seu contributo para a paz, democracia e desenvolvimento humano.

Entretanto, o Presidente da República manifesta profundo pesar pela morte do herói e endereça as mais sentidas condolências, em nome do Povo e do Governo moçambicano, bem como em seu próprio, aos familiares, amigos e companheiros de luta.

PGR EXIGE RIGOR E MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL NO SERNIC PARA COMBATER O CRIME ORGANIZADO



É imperativo que o SIRNIC apresente resultados concretos no combate ao crime organizado

O Procurador-Geral da República, Américo Júlio Letela, apelou esta segunda-feira (08) a uma transformação profunda do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), defendendo o reforço da disciplina interna, a modernização de métodos operativos e a responsabilização de agentes envolvidos em irregularidades.

O posicionamento foi apresentado durante o 8º Conselho Coordenador do SERNIC, realizado em Maputo, que decorreu sob lema: "SERNIC, aprimoran-

do estratégias para respostas eficazes aos desafios actuais da criminalidade".

"É imperativo que o SIRNIC apresente resultados concretos no combate ao crime organizado. A sociedade não se contenta mais com operações pontuais ou investigações inconclusivas. Devemos identificar não apenas os executores, mas também os mandantes dos crimes", afirmou Letela.

O Dirigente focou a sua intervenção nas áreas prioritárias de criminalidade, começando pelos raptos que têm gerado insegurança no país. O

Procurador-Geral sublinhou que o combate a este crime deve ir além da captura dos executores materiais, visando a desarticulação de redes criminosas e a responsabilização dos mandantes.

"Não se trata apenas de prender os responsáveis directos pelos raptos, mas sim de identificar e desmantelar as células que planejam, financiam e lucram com esses crimes", frisou.

Em relação ao tráfico de drogas, Letela reafirmou que o SERNIC deve focar na identificação das redes transnacionais

e dos principais responsáveis, que se beneficiam de tráfico prejudicando a estabilidade social e económica. "O tráfico de drogas deve ser combatido com foco nos verdadeiros beneficiários dessa cadeia criminosa, que destrói vidas e famílias", disse.

A Corrupção também foi identificada como um dos maiores obstáculos ao progresso do país, pois, segundo o Procurador, enfraquece as instituições e facilita a prática de crimes, como o branqueamento de capitais e o terrorismo.

"A corrupção mina a con-

fiança pública e fragiliza a eficácia das instituições; deve ser combatida de forma incisiva", reforçou.

A PGR ressaltou a urgência de modernizar o SERNIC, implementando Plano Estratégico 2025-2026, que inclui o uso de tecnologias forense avançada e o sistema de gestão integrada de informações.

"A instituição precisa de uma abordagem mais proactiva e eficaz, investindo em capacitação contínua e na adopção de novas tecnologias para melhorar a resposta aos crimes", declarou.

Letela alertou sobre a corrupção interna no SERNIC, mencionando casos de adulteração de provas e colaboração de membros da corporação com criminosos. "Não podemos permitir que membros do SERNIC se envolvam em práticas ilícitas", avançou.



A instituição precisa de uma abordagem mais proactiva e eficaz

SERNIC ASSUME COMPROMISSO DE COMBATER CRIME ORGANIZADO E CORRIGIR CONDUTA INTERNA



É um desafio que assumimos com a determinação que se impõe

O Director Geral do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), Ilídio Miguel, destacou as principais prioridades para melhorar a actuação da entidade, especialmente no combate ao crime organizado e na revisão de condutas internas.

"É um desafio que assumimos com a determinação que se impõe", afirmou, reiterando a necessidade de modernizar as abordagens e melhorar a eficiência operacional da instituição.

O Director Geral do SERNIC, realçou a importância de seguir as instruções do Procurador-Geral da República, que definiu as linhas de acção para a superintendência do SERNIC.

"Temos que mudar a situação prevalecente no combate ao crime organizado e, especificamente, nos casos de raptos e tráfico de drogas", disse, explicando que a instituição se comprometerá com essas mudanças de forma urgente.

Em relação à disciplina interna, afirmou: "Existem no nosso conselho, colegas cuja conduta não se coaduna com os princípios da actuação do SERNIC. Vamos aprofundar o trabalho de inteligência para apurar e livrar-nos desses colegas", disse, esclarecendo que o grupo indisciplinado é a minoria.

UNODC ALERTA PARA CRIME NO SECTOR DAS PESCAS E DESAFIA O PAÍS A REFORÇAR JUSTIÇA CRIMINAL



O sector pesqueiro só será resiliente se estiver protegido pela força total da lei

A Oficial de Prevenção ao Crime e Justiça Criminal do UNODC, Lejda Toci, lançou esta semana, um forte apelo ao reforço da resposta criminal e anti-corrupção no sector das pescas em Moçambique, afirmando que o país enfrenta vulnerabilidades estruturais que vão muito além da pesca ilegal e que afectam toda a cadeia de valor, desde a preparação da actividade até à comercialização.

A declaração foi feita recentemente na abertura do workshop de validação da análise da cadeia de valor das pescas, em Maputo.

Toci explicou que Moçambique enfrenta riscos que incluem

fraude documental, evasão fiscal, corrupção, tráfico de drogas, tráfico de armas e até tráfico de pessoas, crimes frequentemente encobertos pela actividade pesqueira.

Explicando sobre a gestão tradicional focadas em multas disse: "Já não é capaz de enfrentar o nível de organização criminal actualmente presente nas cadeias logísticas e comerciais", destacou, defendendo uma integração urgente entre administração pesqueira, investigação criminal, tribunais e instituições anti-corrupção.

"O sector pesqueiro só será resiliente se estiver protegido pela força total da lei, com quadros legais robustos,

mecanismos anticorrupção e coordenação real entre as instituições", afirmou.

A representante assistente da FAO, Cláudia Pereira, identificou perdas anuais entre 60 a 70 milhões de dólares provocadas pela pesca ilegal, que afectam espécies estratégicas como o camarão do Banco de Sofala. Destacou também que o Projecto MCES é hoje um dos instrumentos mais importantes para proteger os recursos marinhos e alinhar Moçambique com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Embaixador da Noruega, Egil Thorsas, reforçou que a transparéncia e a boa governação são a base da confiança entre instituições, comunida-

des e sector privado, lembrando que os recursos marinhos são um bem comum que pertence a todos os moçambicanos e exigem sistemas de controlo eficazes.

O Administrador Executivo do Instituto Nacional do Mar (INAMAR), Leonid Santana Chimarizene, que falava em representação do Secretário de Estado do mar e pescas, destacou que o encontro ocorre num momento decisivo para consolidar políticas e corrigir fragilidades que há anos dificultam o controlo e a sustentabilidade da pesca no país.

Segundo o Administrador Executivo, a avaliação da cadeia de valor constitui uma oportu-

nidade para o país compreender de forma aprofundada os desafios e potencialidades da pesca, permitindo decisões mais eficazes em toda a linha, desde a produção até ao mercado.

"Há muito que se pode dizer sobre este assunto e contamos

com especialistas de várias áreas que, com o seu saber, vão nos ajudar a alcançar a melhor análise possível", afirmou.

Acrescentou esperar debates e análises profícias capazes de produzir recomendações úteis para o sector.

GILDO ESPADA DETALHA VULNERABILIDADES ESTRUTURAIS E DESAFIOS DE CRIMINALIZAÇÃO NO SECTOR DAS PESCAS

O consultor da UNODC e jurista Gildo Espada, responsável pela elaboração da análise da cadeia de valor, apresentou uma leitura aprofundada dos factores que tornam o sector altamente vulnerável ao crime organizado e à corrupção. Explicou que, o sector pesqueiro sustenta directa e indirectamente centenas de milhares de moçambicanos, incluindo pescadores, carpinteiros navais, processadores, transportadores e comerciantes, com destaque para o envolvimento de 25 mil a 30 mil mulheres apenas na comercialização e processamento.

Espada alertou ainda para problemas que raramente entram no debate público, como o impacto das 13 bacias hidrográficas internacionais que alimentam rios moçambicanos. Como país a jusante, Moçambique depende das decisões tomadas a montante por outros Estados. "Se os países a montante bloquearem ou desviarem a água, ficamos com rios secos. Isso afecta directamente a capacidade de carga pesqueira", disse, apelando para maior estudo, diplomacia activa e uso real dos acordos regionais da SADC.

Outro problema grave apontado por Espada é a fragilidade



Avaliação da cadeia de valor constitui uma oportunidade para o país

da certificação do pescado, cuja responsabilidade recai sobre o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira. Explicou que parte do peixe vendido informalmente, sobretudo nos arredores do Porto de Pesca, não tem origem rastreável e muitas vezes não passa pelo circuito de certificação, criando riscos alimentares e dificultando a fiscalização. "O peixe pode ter viajado horas sem refrigeração

e, ainda assim, chega ao consumidor como se tivesse acabado de sair do barco", alertou, relatando conversas com responsáveis técnicos.

Espada expôs igualmente falhas operacionais na articulação entre infração administrativa e crime. Pela lei, a infração administrativa é processada por uma instituição, enquanto a criminal exige actuação da Polícia Costeira, La-

custre e Fluvial. "Se uma polícia não está no local, a infração criminal deixa de ser registada. Se está, não pode tramitar a parte administrativa. O sistema abre fissuras que alimentam impunidade", explicou.

Como solução, destacou o avanço na criação de um órgão interinstitucional de fiscalização, que reunirá polícia, administração pesqueira, tribunais, procuradoria, INAMAR e outras entidades-chave.

Para Espada, esta coordenação pode fechar as portas que durante anos permitiram crimes que não eram tratados como crimes.

A análise da cadeia de valor, agora em fase de validação, servirá de base para as recomendações formais destinadas a reforçar quadros jurídicos, melhorar a coordenação institucional e fortalecer o combate ao crime e à corrupção no sector pesqueiro. O documento será aplicado no âmbito do Projeto MCES, uma parceria entre o Governo de Moçambique, FAO, UNODC e Noruega, que pretende garantir que os recursos marinhos do país sejam explorados com transparéncia, segurança e sustentabilidade para as gerações futuras.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: Mendes J. Mutenda

Coordenador Editorial: Celeste Manganhela: +258 84 948 4695

Chefe de Repartição de Informação: Pedro Chaguala +258 84 772 7717

Revisor: Isaura Joanisse: +258 82 372 8988

Redacção: Daniel Athathe, Neide Nhone, Virgínia Chemane e Vasco Mazive

Maquetização e Fotografia: Januário Magaia, Jone Njanje e Pedro Chaguala

MAIS DE 10 MIL CRIANÇAS BENEFICIADAS PELO PROJECTO EDUC-IN



A iniciativa focou-se na melhoria da educação para crianças entre 3 e 8 anos

OMinistério do Trabalho, Género e Acção Social celebrou na terça-feira (09), em Maputo, o encerramento do Projecto Educação Inclusiva e de Qualidade para a Primeira Infância (EDU-IN), que beneficiou 10.824 crianças e impactou mais de 200 famílias.

A iniciativa, em parceria com a Terre des Hommes Itália, focou-se na melhoria da educação para crianças entre 3 e 8 anos.

"Este projecto contribuiu para a melhoria da educação pré-escolar e do ensino primário, com um foco especial na inclusão de crianças com necessidades especiais, beneficiando cerca de 10.824 crianças nas escolas e centros de educação", afirmou o Secretário de Estado de Género Acção Social, Abdul Razak Amuzá Esmail.

Segundo o Dirigente, o projecto teve impacto significativo na formação e capacitação de profissionais. Foram formados 376 animadores de infância, com certificado Vocacional de Nível 2, e 120 técnicos do Ministério do Trabalho, Género e Acção Social em diversas áreas da educação inclusiva.

Ademais, o projecto prestou apoio às famílias e comunidades. "Através de campanhas de educação parental, 2.500 famílias foram beneficiadas, e 29 Comités Comunitários de Proteção à Criança receberam kits de geração de renda para gerar autonomia e segurança das crianças nas suas comunidades," destacou Abdul Razak Amuzá Esmail.

Além disso, 395 membros de comités comunitários foram treinados para gerir casos de crianças e implementar projectos de apoio.

Em relação às melhorias nas infra-estruturas, 23 escolas e escolinhas comunitárias foram adaptadas para garantir melhor acessibilidade a crianças com deficiência, contribuindo para um ambiente educacional mais inclusivo.

O Secretário de Estado enfatizou que, apesar dos avanços, os desafios podem ser superados e perpectivar o futuro. "Embora o projeto tenha sido implementado em quatro províncias, sabemos que a expansão para outras regiões é essencial. A coordenação entre todas as partes envolvidas precisa ser fortalecida para garantir que os resultados positivos se espalhem por todo o país"

Esmail reafirmou o compromisso do Governo com a educação infantil: "O legado deixado por este projecto é apenas o começo. Vamos continuar a

trabalhar com os nossos parceiros para garantir que todas as crianças de Moçambique tenham acesso a uma educação de qualidade", frisou.

A Directora Nacional da Criança, Angelica Magaia, avançou que a Itália financiou cerca de 300 mil euros para a implementação do Projecto EDU-IN nas Províncias de Maputo, Nampula e Sofala, garantindo continuar a criar novas oportunidades no atendimento das crianças.

"Estamos continuamente a criar novas oportunidades. Conforme partilhamos, o desafio é, em função da capacidade criada por este projecto, continuarmos a realizar as nossas acções com a qualidade necessária para o atendimento das crianças nesta faixa etária e com a componente de inclusão bem evidente nas nossas acções de assistência", disse.

NIASSA REFORÇA COMBATE À CORRUPÇÃO COM FOCO NA JUVENTUDE E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS



O crescimento das novas formas de corrupção representa uma ameaça directa à confiança dos cidadãos nas instituições públicas

A Província de Niassa assinalou na terça-feira, 9 de Dezembro, o Dia Internacional de Luta contra a Corrupção com um forte apelo à união entre instituições públicas, sociedade civil e, sobretudo, a juventude, para travar o avanço de práticas ilícitas que minam o desenvolvimento local e nacional.

A cerimónia, realizada em Lichinga, foi dirigida pela Secretaria de Estado na Província de Niassa, Silva Fernando

Livone, que deixou mensagens firmes sobre a necessidade de consolidar a ética e reforçar a vigilância em todos os sectores.

No seu discurso, a governante destacou que, a corrupção deixou de ser um fenómeno simples ou isolado, afirmando que, já não se resume a um envelope sobre a secretaria, expressão frequentemente usada para descrever subornos tradicionais.

Segundo Livone, o fenómeno evoluiu e tornou-se

sistémico, corporativo, transnacional e digital, adquirindo características de crime económico-financeiro organizado, que exige respostas mais complexas e coordenadas por parte do Estado e da sociedade.

O Secretário de Estado alertou que o crescimento das novas formas de corrupção representa uma ameaça directa à confiança dos cidadãos nas instituições públicas, ao mesmo tempo que retarda o desenvolvimento social e econó-

mico, desviando recursos cruciais destinados à melhoria dos serviços básicos e ao bem-estar das comunidades.

"Cada recurso desviado compromete o futuro das nossas famílias, nossa juventude e da nossa província", sublinhou.

Inserido no lema deste ano: "Unindo-nos aos jovens contra a corrupção; moldando a integridade de amanhã", o discurso de Livone enfatizou que os jovens são actores centrais na luta por uma so-

ciedade mais íntegra.

Para o governante, a juventude deve assumir um papel activo na denúncia de

irregularidades, promoção de comportamentos éticos e na defesa dos valores que moldarão o futuro do país.

"A integridade do amanhã começa com o compromisso que assumimos hoje", advertiu, lembrando que a respon-

sabilidade de combater a corrupção não recai apenas sobre os órgãos formais, mas sobre todos nos cidadãos.

LIVONE APELA AO FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL E À RESPONSABILIDADE COLECTIVA



A vitória contra a corrupção é possível, mas depende de acção coordenada

A Secretaria de Estado assegurou que o Governo provincial mantém o compromisso de reforçar os mecanismos de fiscalização, garantir maior transparéncia na gestão pública e incentivar denúncias

seguras e responsáveis por parte dos cidadãos. Destacou que a vitória contra a corrupção é possível, mas depende de acção coordenada, coragem e responsabilidade colectiva, colocando em evidência a

importância de uma actuação firme e persistente, pedra a pedra, caso a caso.

Livone reconheceu o papel fundamental das lideranças comunitárias e religiosas, da sociedade civil, da academia e

dos órgãos de justiça no processo de prevenção e combate ao fenómeno. Para a fonte, o envolvimento de todos estes sectores é indispensável para a construção de uma Província de Niassa mais íntegra, transparente e justa.

A cerimónia, que contou com a presença de dirigentes do Conselho Executivo Provincial, representantes da justiça, autoridades municipais, líderes comunitários, organizações da sociedade civil e académicos, foi marcada por um ambiente de reflexão e reafirmação do compromisso conjunto com a legalidade, justiça social e defesa do interesse público.

Ao terminar a sua intervenção, o Secretário de Estado Silva Livone deixou um último apelo: "Que neste Dia Internacional de Luta contra a Corrupção, cada cidadão renove o seu pacto com a integridade. A construção de um futuro digno para Niassa depende da coragem de todos nós em dizer não à corrupção".

PUB.



Mensagens-chave sobre combate à vandalização de infra-estrutura eléctrica

1. Não à vandalização de infra-estrutura eléctrica;
2. A vandalização resulta na má qualidade de energia;
3. A vandalização atrasa o cumprimento da meta de acesso universal a energia;
4. Os actos de vandalização constituem um perigo para os infractores;
5. Apelo à vigilância comunitária e denúncia de casos de vandalização de infra-estrutura eléctrica;

SNS REGISTA 90.752 CASOS DE VIOLENCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS EM 2024



Em 2024 foram notificados no Serviço Nacional de Saúde (SNS) cerca de 90.752 casos de violência baseada no gênero

Nelson Mucopo, Director Nacional da Assistência Médica, afirmou que as mulheres representaram 81 por cento das vítimas, com maior incidência na faixa etária de 25 aos 49 anos. Cada caso representa uma história de dor, resiliência e de necessidade urgente de cuidados clínicos, psicológicos e sociais.

Nelson Mucopo, que falava na segunda-feira, 8 de Dezembro, na cidade de Maputo, durante o lançamento do plano de acção para resposta à violência baseada no gênero.

Mucopo revelou que, em 2024, foram notificados no Serviço Nacional de Saúde (SNS) cerca de 90.752 casos de vio-

lência baseada no gênero, com predominância da violência física, seguida da psicológica e sexual. Disse ainda que, segundo o inquérito demográfico de saúde de 2022-2023, cerca de 33 por cento das mulheres e 26 por cento dos homens de Moçambique relataram ter sido vítimas de violência por um parceiro íntimo. Mucopo apelou para um momento de reflexão, compromisso e ação colectiva para proteger mulheres, raparigas e crianças em todo o país.

"A violência contra as mulheres e raparigas é uma realidade global devastadora, que compromete a saúde, dignidade e o desenvolvimento sustentável, afectando milhões de vidas em todo o mundo, e Moçambi-

que não está alheio a esta problemática". Enfatizou Mucopo.

Segundo Nelson Mucopo, estima-se que a violência contra mulheres pode custar até 3,7 por cento do rendimento anual dos países, um custo humano e económico que não podemos continuar a suportar, sobretudo em um país como Moçambique, que luta pelo desenvolvimento e bem-estar da sua população.

"Em Moçambique, a resposta à Violência Baseada no Género (VBG) é multisectorial. O sector da saúde tem desempenhado um papel fundamental em articulação com instituições nacionais e internacionais para garantir uma abordagem integrada e eficaz", afirmou, acrescentando que, desde 1991,

os 16 dias de activismo contra a violência são celebrados entre 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, e 10 de Dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Nelson Mucopo salientou que é preciso educar, apoiar e empoderar as vítimas, garantindo que se sintam seguras e respeitadas. "Hoje, além da campanha que visa conscientizar e mobilizar toda a sociedade para a erradicação da violência, especialmente aquela praticada contra mulheres e crianças em todas as suas formas, queremos proceder ao lançamento oficial da segunda edição do Plano Nacional de Resposta à Violência". Segun-

ARQUIVO



"É preciso educar, apoiar e empoderar as vítimas, garantindo que se sintam seguras e respeitadas"

do qual, no sector de Saúde, a agenda 2024-2030 está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao Plano de Acção Global da OMS e também ao Plano Estratégico do Sector de Saúde.

Para o executivo, o plano lançado continua a reflectir a ênfase que o Governo de Moçambique dá na necessidade de implementação de esforços coordenados para responder ao desafio da violência contra mulher e rapariga, expressa no quadro legal e políticas multisectoriais, e define uma visão estratégica para reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde de identificar, atender e acompanhar casos de violência, inclusive em contextos de emergência. Ademais, o plano é composto por seis áreas estratégicas de intervenção que vão guiar a implementação desde o nível central até o nível comunitário, considerando que cada

nível tem um papel peculiar.

"Neste evento, vai-se também apresentar um guião visual sobre a VBG, destinado a apoiar profissionais de saúde humanitários que, não actuam directamente na prestação de

serviços e de resposta à VBG, mas que, em contextos humanitários, são muitas vezes o primeiro elo de apoio e contacto da vítima com os outros serviços, garantindo que estes providenciem o apoio básico e informa-

ção às vítimas sem provocar mais danos".

Por seu turno, a representante da UNICEF, Maaike Arts disse que o evento destaca a prevalência da VBG no país, enfatizando seu impacto na saúde e bem-estar e na necessidade de uma resposta abrangente. "O plano define papéis, fortalece o cuidado centrado na sobrevivência e integra a resposta entre diferentes sectores".

Segundo Maaike Arts, a UNICEF, parceira estratégica de Moçambique na área de infância, apoia o plano, trabalhando na prevenção, fortalecimento dos serviços e na mobilização social. "O guia visual, adaptado para Moçambique, visa capacitar profissionais de saúde na identificação e encaminhamento de vítimas de VBG, protegendo sua privacidade e dignidade". Maaike Arts garantiu que uma formação sobre o uso do Guia será oferecida e encorajou o uso amplo do Guia, especialmente em situações de emergência. Além disso, reiterou o compromisso da UNICEF em combater a VBG para um futuro mais justo e igualitário.

ARQUIVO



O guião visa capacitar profissionais de saúde na identificação e encaminhamento de vítimas de VBG



Em todo país

INAE SUSPENDE 53 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR IRREGULARIDADES

A Inspecção Nacional das Actividades Económicas (INAE) divulgou, na terça-feira (09), em Maputo, um relatório sobre as suas acções de fiscalização nos últimos 15 dias, destacando a suspensão de 53 estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas e um alerta para a escassez de carapau em algumas regiões do país, o que poderá afectar o abastecimento durante a quadra festiva.

A Inspetora-geral da INAE, Shaquila Aboobacar Mahomed, anunciou que, durante a fiscalização da venda de bebidas alcoólicas, foram suspensos 53 estabelecimentos por violação do Decreto 31/2025, que proíbe a comercialização de bebidas aos domingos, com exceção para bares, restaurantes e casas de pasto.

Segundo a responsável, a maior parte das suspensões aconteceu na cidade de Maputo, tendo fechado 47 unidades comerciais.

"Esses estabelecimentos estavam a violar as normas estabelecidas, e a nossa missão é garantir a segurança alimentar e o cumprimento da lei", afirmou Shaquila.

A fiscalização revelou uma tendência de escassez de carapau tambo 16 na província de Inhambane, além de aumento nos preços de ovos, tomate, peixe e frango, especialmente na província de Nampula.

"Verificou-se uma tendên-



A maior parte das suspensões aconteceu na cidade de Maputo onde 47 unidades comerciais foram fechadas

cia de subida de preços dos ovos, tomate, peixe e frango em Nampula. Há registo de baixa de preços da lâmina de carapau na província de Gaza, na ordem de 100 meticais. O tomate está mais caro na província de Niasa, ao preço de 90 meticais por quilo," relatou Shaquila.

No entanto, confirmou que os estoques gerais para a quadra festiva estão garantidos, com um total de 322.674 toneladas de produtos básicos, sendo a Zona Centro responsável pela maior parte, com cerca de 197.269 toneladas.

A entidade intensificou a inspecção de talhos e peixarias, resultando na suspensão de três estabelecimentos em

Marracuene devido a graves infrações nas condições de higiene. A INAE reforçou que as inspecções são feitas sem aviso prévio, garantindo a imparcialidade das acções de fiscalização.

"Foram fiscalizados 121 talhos e peixarias, o que culminou com a suspensão de três em Marracuene, por registo de infrações graves", disse.

A Inspetora garantiu que a INAE está a monitorar a especulação de preços, especialmente entre os grossistas e retalhistas, e reafirmou o compromisso de manter as margens de lucro dentro dos limites legais: 10 por cento a 12 por cento para grossistas e 20 por cento

a 25 por cento para retalhistas

A INAE também informou que continua a investigar casos relacionados com a obrigação de compra de ração por pequenos agricultores e o possível uso de substâncias proibidas na criação de frangos.

"As investigações seguem em andamento e os resultados serão divulgados assim que os processos forem concluídos", afirmou.

Shaquila reforçou que a fiscalização será rigorosa e que sanções serão aplicadas a quem violar as normas, especialmente durante a quadra festiva, quando a demanda por produtos essenciais tende a aumentar.



Moçambique



Director: MENDES JOSÉ MUTENDA • N° 573 • Quarta-feira, 10 de Dezembro de 2025 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Encerramento do curso de Formação de Sargentos

GRADUADOS ORIENTADOS A PAUTAREM POR VALORES E VIRTUDES NO CUMPRIMENTO DAS MISSÕES



Os graduados devem aplicar todo conhecimento adquirido na formação

Decorreu na segunda-feira (8), na Escola de Sargentos das Forças Armadas-General Alberto Chipande, em Boane, província de Maputo, a cerimónia de encerramento do 16.º Curso de Formação de Sargentos das Forças Armadas, que contou com a presença de oficiais generais, superiores, subalternos, sargentos e praças das FADM, estruturas locais e a comunidade civil.

Na ocasião, Cristóvão Chume orientou os militares recém-graduados a pautarem-se

pelos valores e virtudes como disciplina, liderança directa, exemplo de conduta, conhecimento técnico e táctico, responsabilidade operacional, sacrifício e serviço à Pátria, entre outros, que irão orientar a tropa no cumprimento das suas missões.

"Tenham em mente que, a partir de hoje, assumem uma grande responsabilidade. E saibam que o sargento representa muito mais do que uma patente; personifica os valores e a essência da vida militar", referiu o Ministro, acrescentando que os sargentos devem estar revesti-

dos destes valores, pois as Forças Armadas, bem como as unidades onde irão servir, contam com o seu profissionalismo, dedicação e competência

Afirmou ainda que o sargento é o coração da tropa, símbolo da disciplina, sem a qual nenhuma tropa se mantém. Por isso, pode-se dizer que o sargento é a verdadeira "mãe da tropa".

Ainda no decurso da cerimónia, Cristóvão Chume incentivou os graduados a aplicar, no terreno, tudo o que aprenderam, sendo inovadores e proactivos na superação dos desafios diáários.

"Que o vosso empenho fortaleça a confiança da sociedade nas Forças Armadas e torne o serviço militar uma experiência motivadora e enriquecedora para todos os jovens que optam por integrar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique", destacou.

A Escola de Sargentos das Forças Armadas - General Alberto Chipande, é uma instituição militar que forma sargentos para as FADM, elevando o nível de profissionalismo e capacitação dos militares para defender a soberania nacional.